



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ALTERAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

NOME DE FANTASIA		CNPJ	
NOME EMPRESARIAL		INSCRIÇÃO ESTADUAL	
CONSELHO A QUE ESTÁ FILIADA	Nº DE INSCRIÇÃO	CÓDIGO JUNTA COMERCIAL	
ENDEREÇO		BAIRRO/CEP	
MUNICÍPIO	U.F.	E-MAIL	
REPRESENTANTES LEGAIS		FONES	
MOTIVOS DE SOLICITAÇÃO DA ALTERAÇÃO			
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL			
DADOS BANCÁRIOS:			
BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	
BOA VISTA(RR), ____ / ____ / ____		ASSINATURA PROPRIETÁRIO:	

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

1. Alterações do Ato Constitutivo, se houver e Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF dos Representantes legais e Cédula de Identidade dos representantes legais, se houver inclusão de novos sócios;
2. Documento do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
3. Prova de regularidade para com as Fazendas: Federal, Estadual e Municipal na forma da lei;¹
4. Prova de regularidade relativa à: Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
5. Certidão(ões) negativa(s) de recuperação judicial - Lei n.º 11.101/05 (falências e concordatas) expedida(s) pelo(s) distribuidor(es) de sua sede; se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado de Roraima, a(s) certidão(ões) deverá(ão) vir acompanhada(s) de declaração da autoridade judiciária competente, relacionando o(s) distribuidor(es) que, na Comarca de sua sede, tenha(m) atribuição para expedir certidões negativas de recuperação judicial;
6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou outra equivalente, na forma da lei;
7. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual (Ficha de Atualização Cadastral – FAC), exceto para empresas que prestam somente serviços;
8. Registro ou inscrição na entidade profissional competente;²
9. Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;
10. Demonstrações contábeis do último exercício social que comprovem a boa situação financeira da empresa (especialmente: o Balanço Patrimonial e a DRE – Demonstração de Resultado de Exercício), com o selo do contador e registro na junta comercial;
11. Alvará acompanhado da Taxa de Inscrição Municipal - TIM ou Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

OBS: Todos os documentos deverão ser apresentados:

1. *Em original, por meio de cópias reprográficas, devidamente autenticadas em cartório competente, ou com apresentação do original, podendo neste caso a Comissão Permanente de Licitação do TJRR conferir a autenticidade das cópias apresentadas;*
2. *Não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido;*
3. *As certidões, quando nada dispuserem sobre sua validade, serão aceitas desde que expedidas nos 60 (sessenta) dias anteriores à data de apresentação neste Tribunal.*

¹ As certidões relativas à Fazenda estadual e Municipal deverão ser emitidas na sede ou domicílio da empresa licitante;

² No caso de empresas registradas em Conselhos Regionais como CREA, CRC, CRQ, etc,...